



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de equipamentos de fotografia, vídeo e iluminação.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A necessidade de adquirir os equipamentos ora citados, adequados para a produção de audiovisual, justifica-se pela demanda hoje existente envolvendo os trabalhos realizados pela equipe da ASCOM e destinados à divulgação de serviços digitais ao cidadão e a campanhas da Justiça Eleitoral.

2.2. Objetivos e Benefícios

Como benefício advindo desta aquisição prevê-se o impulso das atividades relativas à produção de áudio e vídeo, subsidiando campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, conteúdo para redes sociais, entre outros produtos relativos à atividade de multimídia, a fim de atender às demandas de serviços solicitados pelos diversos setores internos e pela Administração, especialmente na cobertura de eventos externos.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<p>I - Para a perspectiva Resultados para a Sociedade:</p> <ul style="list-style-type: none">OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade: refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil. <p>II – Para a perspectiva Processos Internos:</p> <ul style="list-style-type: none">OEPI3 – Promoção da Sustentabilidade: aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.
PLS	<ul style="list-style-type: none">• Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;• Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.• Conscientizar o uso das impressões e redução de impressoras.
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none">• AE04 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais;• AE06 - Manter parque tecnológico atualizado;

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Assessoria de Comunicação Social, juntados ao Processo Administrativo Eletrônico n. 17.180/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Lente EF-S 24mm f/2.8 STM compatível com câmera Canon	1	1
2	Estabilizador Gimbal com controladores Zoom, foco e transmissor que suporte até 6.49Kg, com bateria Power Plus, com suporte para smartphone e acessórios, controle remoto de movimento via touch, para câmeras DSLR	1	1
3	Kit de iluminação composto de 2 softbox de 50 x 70cm com bocal quádruplo e 8 lâmpadas de 135w cada, 2 tripés de 2m cada e bolsa para carregar.	1	1

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares juntados aos autos do PAE n. 17.180-2022.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Equipamentos de fotografia e vídeo de alta qualidade para captação de fotografia e vídeos, e iluminação de estúdio, bem como dos respectivos equipamentos de suporte.

Características dos objetos:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Id.	Característica bem 1 - lente
1	Lente EF-S 24mm f/2.8 STM
2	Compatibilidade com câmera Canon

Id.	Característica bem 2 – Estabilizador Gimbal
1	Estabilizador Gimbal com controladores Zoom para câmeras DSLR
2	Foco e transmissor que suporte até 6.49Kg
3	Bateria Power Plus
4	Suporte para smartphone e acessórios
5	Controle remoto de movimento via touch
6	Transmissor que suporte até 6.49Kg

Id.	Característica bem 3 – Kit iluminação
1	2 Softbox de 50 x 70cm
2	Bocal quádruplo e 8 lâmpadas de 135w cada.
3	2 tripés de 2m cada
4	Bolsa de condicionamento

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Adjudicação por item, não cabendo parcelamento.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à Qualificação Econômico-Financeira, deverá ser exigido:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

2.12. Impacto Ambiental

2.12.1. Dos resíduos sólidos

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se responsabilizar, onde couber, pelo mecanismo de logística reversa.

2.12.2. Da limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC, será exigido que os produtos ofertados atendam aos requisitos da Diretiva RoHS.

2.13. Conformidade Técnica

Visando garantir a qualidade do produto adquirido e, principalmente, o alcance dos objetivos da contratação, os produtos fornecidos deverão ser novos (primeiro uso).

2.14. Obrigações da Proponente

A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;

2.15.2. Promover, através de seu representante, a servidora titular da Assessoria de Comunicação Social do TRE/SC, ou seu substituto, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993; ou 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

2.16. Obrigações da Contratada

2.16.1. Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;

2.16.2. Entregar os produtos à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

2.16.2.1. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;

2.16.2.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens de materiais predominantemente recicláveis, individuais e lacradas, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;

2.16.2.3. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;

2.16.2.4. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;

2.16.2.4.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.2.4.2. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;

2.16.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE/SC;

2.16.4. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

A lente 24mm f/2.8 deve ser compatível com câmera Canon;

O estabilizador GIMBAL deve possuir capacidade para cargas de 5kg ou superior;

O kit de iluminação para estúdio deve permitir a montagem e desmontagem do conjunto rapidamente, deve permitir utilização de lâmpadas de led ou fluorescente e deve ser Bivolt (sendo a voltagem dada pela lâmpada montada no soft).

Estes equipamentos deverão garantir a qualidade de imagens (nos casos das lentes e do GIMBAL) captadas, sendo que o GIMBAL é necessário para a captação de imagens estáveis; e as luzes para estúdio, destinadas à iluminação adequada para as produções.

Os bens em questão devem propiciar a produção e divulgação dos materiais de áudio e vídeo, além de gerar conteúdo de qualidade ao público da Justiça Eleitoral catarinense.

Portanto, é de fundamental importância que os equipamentos (lentes) sejam compatíveis com os equipamentos que a ASCOM já possui, que são da marca Canon. Que o Gimbal tenha a capacidade suficiente de suportar o peso de uma câmera full frame (2,5kg) e uma lente pesada de 2kg ou mais.

3.1.1 Sustentabilidade

Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);

Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens predominantemente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;

3.1.2 Garantia

O equipamento ofertado deve possuir garantia legal de 3 (três) meses;

3.1.3 Outros requisitos

Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;

O equipamento deve possuir estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;

Os produtos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, drivers e componentes (cabos etc.);

Todas as portas e funcionalidades devem, quando necessário, acompanhar licenças;

O produto deve estar em linha de produção;

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

As marcas e os modelos podem ser observados no item 1.3 do Estudo Preliminar.

De qualquer sorte, as marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

67890 - Lente Objetiva De Máquina Fotográfica

485493 - Estabilizador - Fotográfico

470927 - Conjunto Iluminacao



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica.

Florianópolis, em 21 de setembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

A função de Gestor do Contrato caberá à servidora titular da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), ou seu substituto ou sua substituta, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-7495 e endereço eletrônico: prescom@tre-sc.jus.br.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A Contratada deve entregar os equipamentos à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 10º andar, Centro, Florianópolis/SC, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota de empenho assinada pelos representantes do TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida Nota de Empenho em favor do licitante vencedor, que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, e pelo Decreto n. 10.024/2019.

1.4. Prazos de Garantia

O equipamento ofertado deve possuir garantia legal de 3 (três) meses;

1.5. Acompanhamento do Contrato

1.5.1. O gestor manterá controle acerca da qualidade dos equipamentos, a fim de subsidiar futuras contratações.

1.5.2. A comunicação entre o TRE/SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

Assessoria de Comunicação Social

Titular: Ana Patrícia Tancredo Gonçalves;

Telefone: (48) 3251-3835;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 10º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;

E-mail: pres-ascom@tre-sc.jus.br

1.5.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pela Assessora de Comunicação Social do TRE/SC, ou seu substituto ou sua substituta.

1.5.4. A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- b) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
- c) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;

1.5.5. A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após a entrega dos materiais.

1.5.6. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam deverão ser sanadas junto à ASCOM do TRE/SC, conforme dados fornecidos no item 1.5.2.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

1.6.1. Caberá a Assessora de Comunicação Social, ou seu substituto ou sua substituta, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

1.6.2. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

1.6.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7. Pagamento

1.7.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

1.7.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

b) não entregar a documentação exigida no edital;

c) apresentar documentação falsa;

d) causar o atraso na execução do objeto;

e) não manter a proposta;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1. 11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.